

## SINDICALISMO E TRANSIÇÃO: DE MOVIMENTO SOCIOPOLÍTICO A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA<sup>1</sup>

*Arlene Carvalho de Assis Clímaco\*\**

### RESUMO

Este trabalho apresenta dados sobre as centrais sindicais – CUT (brasileira) e CC.OO. (espanhola) – que constituíram meu objeto de estudo na tese de doutorado. Confere destaque às transformações sofridas pelas referidas centrais que passaram de uma condição de movimento, sob as respectivas ditaduras de seus países, à condição de organização institucionalizada sob os regimes democráticos que sucederam àquelas ditaduras. No presente, que consiste em uma espécie de apresentação de minha tese de doutorado,<sup>2</sup> dois pontos são destacados: a trajetória teórico-metodológica desenvolvida ao longo da elaboração da tese e algumas informações oferecidas pelo material empírico consultado.

Palavras-chave: sindicalismo no Brasil, sindicalismo na Espanha, ditadura e sindicato.

Houve uma preocupação com o tema enunciado no título, devido à tentativa de compreender as drásticas transformações pelas quais tem passado o sindicalismo brasileiro, em especial a CUT e seus sindicatos filiados que, em um reduzido espaço de tempo, passaram de uma condição de movimento a uma outra de quase imobilismo social. Tal imobilismo não se tem expressado sempre de uma mesma maneira, sendo destacadas aqui duas de suas formas: de um lado, a adoção gradativa de práticas e discursos mais moderados; de outro, ainda que persistindo em uma atuação mais radical, a incapacidade de levar a cabo ações massivas.

A rapidez com que tal fenômeno ocorreu já me chamava a atenção no início da presente década e levou-me a formular um projeto de pesquisa que tinha como eixo central a compreensão

deste processo na ADUFG, sindicato ao qual me encontro filiada. Entretanto, a oportunidade que tive de realizar meus estudos de doutorado na Espanha abriu-me novas possibilidades e fez com que meus propósitos iniciais tomassem outros rumos. Às preocupações iniciais, já expostas, se somaram duas outras questões. Em primeiro lugar, os seminários que cursei ao longo do curso de doutorado permitiram o aprofundamento de alguns pontos relacionados ao sindicalismo; em segundo lugar, me parecia bastante tentadora a oportunidade de realizar um estudo comparativo entre certos aspectos do sindicalismo espanhol e do sindicalismo brasileiro, dado o fascínio que o desenvolvimento do sindicalismo espanhol tem exercido sobre significativos setores da elite político-econômica brasileira – e, às vezes, até mesmo sobre alguma organização sindical. Deste modo, meus estudos se dirigiram para uma comparação entre uma central sindical brasileira e uma espanhola, ou seja, entre CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CC.OO (Comissões Obreiras), instituições sindicais que pareciam assemelhar-se em muitos aspectos. Assim se definiu, pois, meu objetivo: entender como movimentos sociais que se constituíram como tais em períodos autoritários mudaram sua natureza ao mudar o regime político impositivo no qual surgiram por um democrático.

Delimitado o tema e o objetivo da investigação, restava ainda a resolução de importantes questões, em especial as oriundas da dificuldade de fazer um estudo comparativo entre sociedades com diferentes graus de desenvolvimento socioeconômico. Tal dificuldade se expressava não só pela diferença entre os processos sócio-históricos vividos por Brasil e Espanha, como também – e em consequência disso –, pela escolha “adequada” da utilização de categorias teóricas, em geral desenvolvidas ao longo de investigações realizadas em sociedades avançadas. Entretanto, ao me dedicar aos estudos sobre sindicalismo, algumas possibilidades foram vislumbradas.

Em primeiro lugar, se fez necessário definir os limites temporais que delimitariam o período nos quais os fatos relativos ao tema deveriam ser investigados. Ao nos propormos a tarefa de entender como movimentos sociais que se constituíram em períodos autoritários mudaram sua natureza ao mudar o regime político autoritário por um democrático, não tivemos dificuldade em eleger o processo de transição como o quadro no qual se inseria nosso objeto de estudo. A partir de então, em especial a literatura que consultamos

sobre os temas transição política e movimentos sociais nos ofereceu pistas para a escolha de categorias teóricas e para a compreensão de seus limites e suas possibilidades.

Defrontamo-nos então com algumas questões teóricas que tivemos de enfrentar. Uma delas se refere à impossibilidade de as Ciências Sociais trabalharem com categorias exatas, dadas as inumeráveis situações sociais com que nos deparamos. Assim, temos de resignar-nos a aceitar a existência de algumas categorias gerais básicas a que cada realidade investigada deve ser confrontada. Esse confronto nos permitirá detectar diferentes graus de aproximação entre as categorias gerais e a realidade sujeita à investigação. Foi esse o caminho que tentamos seguir na elaboração do trabalho, como se verá adiante.

Uma outra questão se refere à necessidade de fugir aos perigos de um enfoque totalmente objetivista ou totalmente subjetivista que pode ser encontrado em estudos sobre ação coletiva. Adotamos um esquema de análise que tem como pressuposto as duas lógicas que presidem a ação coletiva, ou seja, a lógica interna, ou dos membros (que se refere às questões internas à organização, tais como a relação entre as bases e a cúpula, além do aparato que se constrói nesta relação) e a lógica externa, de influência, ou de representação (relacionada aos espaços de atuação externos da organização). Tal esquema permitir-nos-á escapar à bipolaridade antes referida e, ao mesmo tempo, apreender a contribuição de ambos os enfoques para a compreensão das organizações que nos propusemos analisar. Assim predominou, nessa investigação, um enfoque que busca combinar a compreensão de que a ação coletiva se desenvolve dentro de certos limites definidos pelo marco socioeconômico e a persistência, porém, de uma significativa margem de manobra para os agentes envolvidos em tal ação.

Definidos os limites temporais e o modo como trataríamos as categorias teóricas, iniciamos por apresentar, como instrumentos de análises centrais desse estudo, as categorias movimento social e institucionalização. A concepção de democracia mereceu um lugar também de destaque.

Na apresentação dessas categorias não só destacamos as distintas perspectivas teóricas a seu respeito – até mesmo mediante a apresentação de concepções defendidas por militantes – como também delimitamos o significado com que essas mesmas categorias seriam utilizadas ao longo da investigação. Dessa

forma, *grosso modo*, o conceito de movimento social foi caracterizado por sua informalidade organizativa, escassa hierarquização, participação direta e massiva de pessoas e uma certa dose de imprevisibilidade. Além do mais, se destacou o fato de que os movimentos sociais observados, que emergiram em períodos ditatoriais, assumiram tarefas políticas que, em um regime democrático, seriam mais apropriadas a partidos políticos. Por sua vez, organizações institucionalizadas foram caracterizadas como possuindo um grau razoável de previsibilidade, de hierarquização, de organização formal e de certo distanciamento entre as bases e os centros de decisão.

A substituição das características de movimento pelas de instituição afetou rapidamente as duas organizações que estudamos, ainda que cada uma delas tenha seguido trajetórias bastante diferentes. Sem dúvida, a instituição de um novo marco constitucional contribuiu com este fato de diferentes formas: seja separando a luta econômica da luta política, seja chamando eleições, seja propiciando pactos ou, simplesmente, ignorando certas reivindicações de setores considerados secundários no processo.

Na tentativa, pois, de apreender as especificidades que têm caracterizado CUT e CC.OO. – cujas origens se mesclam com distintas formas de resistência desenvolvidas por trabalhadores, no Brasil e na Espanha, ao longo de seus respectivos períodos ditatoriais –, começamos por recuperar aspectos significativos dos processos de transição desses países. Através da recuperação desses pontos importantes nos processos de transição dos dois países (Brasil e Espanha) visamos a compreender os movimentos desenvolvidos pelas distintas forças político-econômicas envolvidas no processo; o modo como tais movimentos vão influenciando na definição dos caminhos seguidos pelas forças de oposição, cuja expressão mais visível tem sido, por muito tempo, o movimento operário, representado por CUT e CC.OO.

Entretanto, além desses processos de transição, interessamo-nos igualmente pelas discussões teóricas sobre transições: o que significam, que rumos podem tomar, suas possibilidades e seus limites – fatos que são centrais em sua configuração e que possuem grande relevância para esse trabalho, dado o entrelaçamento existente entre a transição política e a transição sindical que nos propusemos investigar.

Desse modo, destacamos, entre os estudos sobre

a última onda de democratização que alcançou os países do Sul da Europa e da América Latina, alguns pontos que nos pareceram essenciais para compreender os processos de transição pelos quais atravessaram Brasil e Espanha. Para tanto, faz-se necessário considerar as condições geopolíticas que afetam os processos de transição, notadamente a situação econômica e política dos blocos econômicos e políticos nos quais um dado país se insere. Com relação à questão econômica, além de observá-la nos aspectos concernentes ao entorno econômico, tal como mencionado antes, é preciso observar a situação econômica interna de cada país. No primeiro caso – o do entorno – deve-se assinalar que os países que se redemocratizaram nas duas últimas décadas não encontraram uma situação favorável à continuidade do crescimento econômico tal como a encontraram os países que se democratizaram imediatamente após o fim da Segunda Guerra. Evidentemente esta situação de retração do ritmo de crescimento da economia mundial tem contribuído para reduzir as possibilidades de avanço em direção a uma democratização que supere os aspectos de mera democracia formal. No segundo caso – o do desempenho interno da economia – é importante considerar sua influência sobre os processos de transição em dois sentidos: a capacidade do país em incentivar o crescimento econômico e o grau de incorporação da população no desfrute da riqueza gerada. Quanto a esse ponto, significativas diferenças são encontradas entre Brasil e Espanha: sabe-se que o Brasil, apesar de estar entre as dez maiores economias mundiais, é o país onde existem as maiores disparidades sociais.

Por outro lado, também com relação aos aspectos políticos, deve-se levar em conta a influência do entorno: por certo que as mudanças pelas quais passou a antiga URSS, a mudança de posição dos EUA em relação às ditaduras da América do Sul<sup>1</sup> e o fortalecimento político da União Européia têm influenciado positivamente o processo de redemocratização levado a cabo nas duas últimas décadas. Quanto às questões políticas internas, necessitamos entender como os diferentes agentes concebem a construção de uma nova ordem – e esta construção se relaciona com as possibilidades econômicas, com a cultura política, com as histórias recente e remota de uma dada sociedade – para, a partir daí, entender como se definem as posições que ora se confrontam, ora se aliam, ora se separam.

Outra questão apontada pelos estudiosos como de

grande relevância para um processo de transição, e ainda relacionada às questões políticas, é a convocação de eleições. Essa, em geral, provoca uma mudança nas atitudes dos partidos, em especial daqueles de orientação radical que, a partir da convocação eleitoral, buscam posições mais moderadas com o fim de habilitar-se para o jogo político-partidário. Está fora de dúvida que, nos casos investigados, a convocação de eleições tem contribuído para que o Partido Comunista de Espanha (PCE) e o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil assumam posições mais comedidas no intento de mostrar-se ao país como um todo como uma alternativa viável de governo. É certo que a adesão à via eleitoral de participação política tem contribuído para desacelerar a via massiva de participação social, como é igualmente certo que, nos casos espanhol e brasileiro, tal estratégia de moderação não se tem traduzido em significativo apoio eleitoral aos mencionados partidos.

Além do mais, a instalação do jogo eleitoral-partidário contribui de uma segunda maneira para o desarme do movimento social ao instituir a divisão de papéis entre partidos e sindicatos. O movimento sindical que, no presente caso, havia desenvolvido, ao mesmo tempo, lutas políticas e econômicas, assumindo funções tradicionalmente realizadas pelos partidos políticos, encontra-se, no novo marco institucional democrático, submetido a um processo de amputação de parte de seu âmbito de ação. Diante dessa nova divisão de funções, os demais agentes esperam – e na medida do possível estimulam – que os sindicatos limitem sua atuação ao campo econômico, deixando as questões políticas ao encargo dos partidos políticos.

Não se pode esquecer, igualmente, que as constantes ameaças de golpe a que esteve submetida a nascente democracia espanhola impulsionaram as forças políticas empenhadas na democratização do país, a estabelecerem pactos que, por sua própria natureza, têm contribuído com certo grau de desmobilização. No Brasil, os pactos de elites despertados para a democratização do país contribuíram para isolar os setores mais à esquerda, como aconteceu, na época, à CUT e ao PT.<sup>2</sup>

No caso brasileiro, um reincidente processo inflacionário contribuiu para reduzir as possibilidades de mobilização massiva: a desvalorização diária da moeda local, no final dos anos 70 e durante toda a década de 1980, fez com que toda a energia sindical fosse dirigida à luta pela reposição das perdas salariais. Essa

reposição, prontamente eliminada pela continuidade inflacionária, contribuiu para o desenvolvimento de uma atitude de desencanto ante a atuação sindical e, conseqüentemente, para a desmobilização.

Nesse processo de crescente desmobilização e distanciamento entre as bases e a direção da organização, acrescentam-se outras questões. Estudos realizados na Espanha e no Brasil demonstram que as bases sindicais, em sua maioria, tendem a apresentar um caráter político mais inclinado à moderação. Além do mais, o grande movimento social que antecedeu a instalação da democracia, no Brasil e na Espanha, aglutinou movimentos com distintas origens e objetivos, cujo ponto de convergência foi a luta contra o regime autoritário. Uma vez implantada a democracia – o que supôs a anistia, a legalização partidária e sindical, o direito de associação, a convocação de eleições etc. –, houve uma gradual redução nos níveis de participação. Para muitos, talvez, o fundamental havia sido conquistado. Em síntese, se havia um acordo com relação à necessidade de se eliminar o regime autoritário, não o havia quanto ao tipo de democracia a ser introduzido. Isso se tornou claro nas sucessivas eleições partidárias que desde então tiveram lugar nos dois países.

Ainda que CC.OO., na nova legalidade, desejasse continuar com sua cara movimentista ao transformar-se em um “sindicato de novo tipo”<sup>3</sup> – cuja principal característica seria justamente compatibilizar seu lado sindical, agora legalizado, com seu lado movimentista –, a história construída na confrontação diária entre distintos projetos sindicais e de sociedade a levaram por outros caminhos.

No que se refere à CUT, ainda que sua trajetória tenha sido diferente daquela vivida por CC.OO., acabou por chegar a resultados semelhantes que as tornam próximas uma da outra quanto à rápida institucionalização em um contexto democrático.

Nesse ponto podemos assinalar algumas aproximações e/ou diferenças entre CUT e CC.OO. Ambas surgiram em contextos de oposição aos regimes ditatoriais de seus respectivos países e conseguiram visibilidade (CUT) ou mesmo lideraram (CC.OO.) os movimentos de oposição à ditadura. Por outro lado, enquanto CC.OO. se converteu em uma organização sindical quando a legislação trabalhista espanhola do período autoritário havia sido derrubada, a CUT foi criada em pleno período de transição, quando ainda vigorava a legislação autoritária e seus militantes acreditavam na

possibilidade de impor um modelo de atuação que, afinal de contas, vinha se forjando na prática. Na verdade essa expectativa não se concretizou, pois a nova Constituição manteve importantes aspectos da legislação anterior que, aliás, remontava ao primeiro período Vargas. Além do mais, em ambos os países, a possibilidade de que os partidos de esquerda – aos que de alguma forma se vinculam CUT e CC.OO. – pudessem disputar eleições interferiu na atuação daquelas organizações sindicais. Enfim assinalamos que ambas as organizações têm enfrentado, internamente, ao longo de sua existência, um debate ainda inconcluso sobre sua própria natureza: suas distintas correntes internas se confrontam quanto ao modelo de organização: prevalecerá uma central sindical ou uma central de movimentos? Assim, nos anos 90, se comparados às duas décadas anteriores, assistimos a uma redução de participações massivas em ambas as centrais, ainda que os percursos que levaram a tal situação tenham sido distintos entre elas.

A argumentação desenvolvida ao longo dessa investigação nos evidenciou que movimentos sociopolíticos surgidos em sociedades autoritárias – Brasil e Espanha, neste caso – inclinaram-se a perder seu caráter movimentista em uma conjuntura de liberdades democráticas. Entretanto isso não nos leva a concluir pela inviabilidade de movimentos em sociedades democratas. O que tratamos de assinalar é o processo de mudanças políticas conhecido como “transição” pelo qual passaram as sociedades nas quais se inserem CUT e CC.OO. Esse processo afetou profundamente as bases sobre as quais se haviam estruturado tais movimentos. A busca de garantir suas condições de sobrevivência levaram a que as referidas organizações se utilizassem de estratégias que, sem dúvida, as afastaram de sua natureza inicial. Isso não significa, contudo, a impossibilidade de que o movimento renasça; significa que o fará – se e quando surgirem condições para isso – em outras bases.

#### ABSTRACT

In the present essay, presented under the circumstances of my doctor's degree thesis, the aspects emphasized are those related to the theoretical methodological path developed/exposed throughout my work and to some information resulting from the empiric material which was collected. Therefore, the theoretical categories which were used are presented here as well as the dilemmas

that ensued. Information about CUT (Brazilian) and CC.OO. (Spanish), the trade unions that formed my studies main object, are also presented. Emphasis was given to the changes occurred in the trade unions mentioned above, which went from a condition of great activity, under each country's dictatorships, to the condition of institutionalized organizations, under the democratic governments that succeeded the dictatorships.

**KEYWORDS:** Brazil sindicalism, Spain sindicalism, dictatorship, syndicate.

#### NOTAS

1. Se ainda existiam dúvidas sobre a participação dos EUA na implantação das ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, os meses iniciais do ano de 1999 foram pródigos em notícias sobre o envolvimento dos EUA com as forças repressivas do Chile e da Nicarágua.
2. Lembremo-nos do desfecho do movimento pelas Diretas Já.
3. Ver, a respeito, especialmente Sartorius, 1977.

#### REFERÊNCIAS

- ALMENDROS MORCILLO, F. y otros. *El sindicalismo de clase en España (1939-1977)*. Barcelona: Ed. Península, 1977.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- BABIANO MORA, José. *Emigrantes, cronómetros y huelgas*. Un estudio sobre el trabajo y los trabajadores durante el franquismo (Madrid, 1951-1977). Madrid: Siglo XXI, 1995.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: UNICAMP/HUCITEC, 1991a.
- BOITO JR., Armando (Org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.
- CAMACHO, Marcelino. *Charlas en la prisión*. Barcelona: Laia, 1976.
- CAMPERO, Guillermo y CUEVAS, Alberto. *El sindicalismo Latinoamericano en los 90*. Sindicatos y transición democrática, v. I, Santiago – Chile: Planeta, 1991.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: Sorj y Tavares de Almeida (Orgs.). 1984, p. 215-239.
- CASTELLS, Manuel. *La ciudad y las masas*. Sociología de los movimientos sociales urbanos. Madrid: Alianza, 1986.
- CLÍMACO, Arlene C. A. *Del sindicalismo como movimiento socio-político al sindicalismo como organización institucionalizada: el caso*